

Agricultura: quem sofre com os cortes.

O Estado de Goiás será duramente atingido pelas medidas propostas pelo novo pacote econômico do governo federal. A advertência foi feita ontem pelo próprio governador Íris Rezende, que explicou: "O pacote corta parte dos subsídios à agricultura e isso é prejudicial, porque Goiás tem sua economia estribada na agricultura". Na sua opinião, "o governo federal deveria rever as medidas que ele adota agora com vistas ao redimensionamento na economia".

Com relação às freqüentes viagens do presidente do Banco do Estado de Goiás a Brasília, para tratar de questões relacionadas com o desbloqueio de verbas federais para o Estado, Íris Rezende explicou que elas servem para mostrar às autoridades a necessidade de uma solução imediata para o problema: "A situação financeira do Estado não suporta um bloqueamento por mais tempo, uma vez que temos perdido bilhões de cruzeiros num Estado que não se pode dar ao luxo de abrir mão daquilo que lhe pertence".

De sua parte, os presidentes de federações de agricultura confirmaram ontem sua presença numa reunião a ser realizada amanhã, em Brasília, para analisar os efeitos do pacote econômico sobre a atividade rural. Os empresários rurais estão seriamente preocupados com a extinção gradativa dos subsídios e a elevação da taxa de juros, pois consideram que essas duas medidas provocarão graves alterações no setor, inclusive a venda de propriedades por parte dos agricultores para que empreguem seu capital em títulos de renda fixa, "cujos ganhos são maiores e sem nenhum risco". Na reunião de amanhã também serão escolhidos os representantes da agricultura na reunião de cúpula do empresariado privado, convocada pela Confederação Nacional da Indústria, com participação do comércio, a ser realizada dentro de dez dias no Rio de Janeiro, sob a presidência do senador Albano Franco. Após essa reunião, o empresariado privado divulgará uma nota manifestando sua posição diante do pacote econômico.

Já a Associação Nacional das Corretoras de Valores definiu sua posição em relação ao pacote no boletim distribuído ontem: "Foi um pacote relativamente amplo, reduzindo subsídios diretos e indiretos, elevando impostos, criando a possibilidade de maior aperto monetário, iniciando um processo de redução do déficit público, mas nem por isso foi suficiente para promover uma mudança essencial das expectativas". Segundo a nota, "em primeiro lugar não há números que convença, quanto ao montante de déficit público que poderá ser eliminado; em segundo, está faltando a vontade política para iniciar, às claras, o processo de desindexação da economia, cujo processo deve atingir não somente o INPC, mas também a correção monetária".

No Rio Grande do Sul, as entidades rurais reunidas ontem na sede da Federação da Agricultura aprovaram um documento de oito itens em que pedem ao governo federal a prorrogação dos vencimentos dos financiamentos de custeio e outras medidas para compensar as frustrações de safras no Estado em consequência das chuvas. O documento será encaminhado ao governador Jair Soares para ser levado ao governo federal. Desde o confisco da soja as federações evitam o contato direto com as autoridades financeiras federais, e, ontem, ao ser perguntado se levaria o documento ao ministro do Planejamento, o presidente da Federação gaúcha, Balthazar de Bem e Canto, comentou: "Que Delfim? Não conheço nenhum".